



CORPO-TERRITÓRIO COMO FERRAMENTA DE RESISTÊNCIA E RE-EXISTÊNCIA NA EDUCAÇÃO POPULAR FEMINISTA

Eixo Temático EIXO 06 - CORPO, GÊNERO E EDUCAÇÃO

Stéfany Vitores de Oliveira ¹
Izabel Carolina Carriel Boni ²

RESUMO

O texto aborda a categoria de análise e/ou conceito de corpo-território como uma ferramenta de resistência e reexistência, articulando o feminismo decolonial com a luta dos povos do território que se convencionou chamar de América Latina. O corpo, como território, é onde se cruzam as violências do patriarcado e da colonialidade, refletindo as tensões entre os corpos das mulheres e os territórios que defendem. A educação popular feminista nutre a luta contra o neoliberalismo, resgatando saberes ancestrais e experiências vividas. Assim, o corpo-território torna-se um espaço de transformação, onde os sujeitos orientam o curso de suas próprias histórias, e resistir significa tecer um novo mundo, mais justo e livre.

Palavras-chave: Decolonialidade; Feminismo; Educação Popular; Corpo-território.

INTRODUÇÃO

O trabalho pretende expor a categoria de análise/conceito de corpo-território e considerações do feminismo decolonial como ferramentas de enfrentamento, de resistência e reexistência dos povos do território que se convencionou chamar de América Latina - nomeado pelo povo Kuna de Abya Yala.

Sua tessitura parte da busca por autoras do feminismo decolonial, que construíram

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, stefany.vitores@gmail.com

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, izabelboni@estudante.ufscar.br



críticas ao cânone colonial científico e desenvolveram recursos para a resistência, os quais valorizam a cultura do Sul Global, e, principalmente, buscam refletir, conscientizar e transformar a realidade das mulheres latino-americanas.

O texto é construído a partir de uma revisão bibliográfica acerca da categoria de análise ou conceito de corpo-território, a partir de Cruz-Hernández (2023) e a sua experiência na construção do mapa “Mapeando el cuerpo-territorio. Guía metodológica para mujeres que defienden sus territorios” (2017) do Colectivo Miradas Críticas del Territorio desde el Feminismo. São tecidas aproximações entre a ação política/educativa do coletivo e a educação popular de Paulo Freire.

Paulo Freire contribuiu para a discussão de Cruz-Hernández (2023) e para o presente trabalho pois tem como objetivo desvelar a realidade criada pelos opressores, logo, tornar os oprimidos conscientes do mundo em que vivem. Dessa forma, Freire assume como ponto de partida a realidade concreta dos sujeitos e as situações-limite que eles enfrentam, e por meio do diálogo busca relacioná-las com a totalidade do mundo, com a finalidade de superá-las. Assim, considera que os sujeitos são protagonistas de suas próprias histórias, que afetam e são afetados pelo mundo, portanto, impregnam-no com sua presença transformadora, capaz de fazer dele um lugar mais humano e justo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os estudos decoloniais e o feminismo se associam em diversos momentos, compondo um importante resgate e debate sobre os conhecimentos deixados à margem do reconhecimento científico, pois não foram sistematizados a partir de um ideal eurocêntrico de ciência, cartesiano, binário e dicotômico.

Portanto, não é surpreendente a preferência dos agentes coloniais por apagar a luz e, ao mesmo tempo, impor e moldar uma racionalidade baseada em binarismos dicotômicos - homem/natureza, mente/corpo, civilizados/bárbaros etc. - e nas ideias de 'raça' e 'gênero', instrumentos de classificação hierárquica e padrões de poder (Walsh, 2017, p.18).

O feminismo decolonial passa a se denominar como tal quando os estudos do giro descolonial passam a ser indagados criticamente por mulheres feministas, que tentam reconstituir o modo como a categoria gênero esteve presente ao longo da constituição da



colonialidade do poder, ser e saber. María Lugones (2008) revisita as obras de Aníbal Quijano e passa a discutir sobre a colonialidade de gênero, isto é, as violências de gênero e a subalternização das mulheres como uma extensão do poder exercido pela colonialidade.

Segundo a autora, o sistema moderno-colonial de gênero impôs como padrão de feminilidade a mulher branca, burguesa, heterossexual e monogâmica. As mulheres que dissidem dessa norma tiveram suas humanidades historicamente negadas, consequentemente, suas noções epistemológicas também.

Adriana Guzmán (2019) pontua a necessidade da construção de categorias conceituais cunhadas a partir de uma ruptura epistêmica e de reconceituações, realizadas a partir das mulheridades existentes no território de Abya Yala. Também reivindica a importância do cotidiano das lutas feministas, da ação política e mobilizadora, pois ainda que a teoria possa aportar os movimentos, é importante que ele esteja pautado na ação e nas sujeitas que resistem. Assim, a teoria e ação feminista podem oferecer outros caminhos epistemológicos, os quais desconsideram hierarquias de produção de conhecimento e reconhecem o potencial de saberes em movimentos sociais.

Enquanto ferramentas de enfrentamento, as feministas têm construído estratégias investigativas, metodologias e práticas científicas como a categoria de análise do corpo-território. A categoria de análise e/ou conceito de corpo-território se desenvolve a partir do feminismo decolonial, comunitário e indígena. Para Cruz Hernández (2023), se constitui a partir de pensadoras indígenas maias da Guatemala e Bolívia. O corpo-território se enraíza na compreensão de que os corpos são territórios, e os territórios são corpos sociais, havendo um elo indissolúvel entre os dois, que se articulam e negociam constantemente.

Ainda segundo a autora, na última década as análises do vínculo entre corpo e território dentro do corpus teórico feminista têm se expandido, principalmente, dentro do pensamento comunitário. Isto ocorre porque frente ao avanço neoliberal e extrativista, os impactos ao território são sentidos diretamente no corpo das mulheres. A poluição dos rios faz com que elas andem mais tempo para buscar água limpa, quando os entes familiares adoecem em decorrência das mazelas extrativistas, são elas que exercem os cuidados, e ainda despendem tempo na organização comunitária de enfrentamento às



ações predatórias aos seus territórios.

A colonialidade e o patriarcado são dois pontos que se somam na violência contra o corpo-território. E isso implica que atingem os povos, comunidades originárias e tradicionais pelo uso do território e da natureza como meio de vida, de reprodução social, cultural, econômica e ritualística. Essas violências são diretamente sentidas e vividas.

Para nós, a luta em defesa dos territórios é por dois territórios: um é o território corpo das mulheres, que foi expropriado como mercadoria, fazenda, parcela, são os outros que decidem por elas; e o outro é aquilo que deve ser defendido, corpo não vazio, mas integral, ao mesmo tempo em que também analisamos que o território mãe terra é onde está a memória histórica, a identidade, onde nos inter-relacionamos, compartilhamos entre nós a nossa maneira de viver, onde estão os rios, árvores, animais. Está a avó lua, as estrelas, e sem elas não há vida; o território é onde tecemos a harmonia, o equilíbrio, as sementes, a alimentação. Os rios não são recursos naturais, mas elementos indispensáveis para a vida, sem o ar não podemos viver, lutamos pelo território e pelo corpo; território mãe terra e corpo-território (Testemunho de Lupe, março de 2023, Chiapas) (Cruz Hernández, 2023, p.70).

Verónica Gago (2020) enuncia que a palavra corpo-território é autoexplicativa, denunciando seu sentido político de articulação entre o corpo e o território ao qual está inserido, assim como apresenta uma dissidência ao neoliberalismo e seus valores de privatização e isolamento dos indivíduos:

A conjunção das palavras corpo-território fala por si mesma: diz que é impossível recortar e isolar o corpo individual do corpo coletivo, o corpo humano do território e da paisagem. Corpo e território compactados como única palavra desliberaliza a noção do corpo como propriedade individual e especifica uma continuidade política, produtiva e epistêmica do corpo enquanto território. O corpo se revela, assim, composição de afetos, recursos e possibilidades que não são “individuais”, mas se singularizam, porque passam pelo corpo de cada um na medida em que cada corpo nunca é só “um”, mas o é sempre com outros, e com outras forças também não humanas. (Gago, 2020, p.80).

A cartografia do corpo-território se fundamenta nos aportes teóricos e políticos do feminismo comunitário de Lorena Cabnal, Adriana Guzmán e Tânia Cruz Hernández, que relacionam os saberes construídos com as experiências vividas no Colectivo Miradas Críticas del Territorio desde el Feminismo. As atividades do coletivo foram se articulando a partir das resistências e enfrentamentos de mulheres diante da violência extrativista, capitalista e patriarcal que ocorria em seus territórios. Assim, a categoria de corpo-território se faz visível, portanto, evidencia como esses corpos femininos se relacionam



diretamente com a violência infligida em seus territórios. Os encontros, rodas de conversas e articulações políticas foram integrando o “pensar com o corpo e sentir com a razão”, com a sensibilidade necessária para transformar em processo metodológico as relações inseridas na categoria do corpo-território.

O desenvolvimento do guia “Mapeando el cuerpo-territorio. Guía metodológica para mujeres que defienden sus territorios” (2017) registra atividades práticas de uma “educação popular feminista” definida como:

O processo onde aprendemos em diálogo e refletimos sobre nossas realidades diversas como mulheres. Todas aprendemos com todas. Colocamos em prática a educação popular feminista porque ela é transformadora do mundo e, além disso, é feminista porque fala a partir dos nossos seres e fazeres como mulheres; e quer construir mundos mais vivíveis para todas as mulheres. (Colectivos Mirandas Críticas del Territorio Desde el Feminismo, 2017, p. 24).

No glossário do guia é possível encontrar o educador Paulo Freire como referência para a educação popular desenvolvida pelas feministas, que se embasam na sua influência para construção de um processo de aprendizagem fundamentado no diálogo, dos saberes advindos das experiências dos sujeitos e de seus contextos sociais e de uma práxis libertadora. As atividades relatadas pelo guia objetivam o conhecimento crítico da realidade a fim de “recuperar a dignidade e gerar transformações sociais.” (Colectivos Mirandas Críticas del Territorio Desde el Feminismo, 2017, p.52).

Freire conceitua a práxis em Pedagogia do Oprimido (1987):

A práxis, porém, é reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo. Sem ela, é impossível a superação da contradição opressor-oprimidos. Desta forma, esta superação exige a inserção crítica dos oprimidos na realidade opressora, com que, objetivando-a, simultaneamente atuam sobre ela. (Freire, 1987, p.21)

A consciência dessa opressão e a necessidade de enfrentamento é exemplificada por Cruz Hernández (2023), com o testemunho de Lupe:

Tomamos consciência da organização e sabemos que lutamos contra um sistema que foi projetado por alguns poucos, é patriarcal, machista, racista, colonialista, capitalista e neoliberal. [...] Esse sistema tem se empenhado em fazer-nos acreditar que as mulheres indígenas maias não sabemos, não podemos, não sentimos, não pensamos, isso traz o colonialismo e o temos dentro de nossos ossos, a ideia de que não valemos, não pensamos, está internalizada em nosso ser. O patriarcado diz aos homens “você são os chefes de família”, “os que mandam”, “controlam o machismo” [...] Temos o opres_



... dentro de nós; para tirá-lo e desaprender, é algo profundo e doloroso (Testemunho de Lupe, março, 2023, Chiapas) (Cruz Hernández, 2023, p.66).

Lupe descreve como os valores e os modos de vida dos opressores são introjetados pelos oprimidos, permitindo que as classes dominantes exerçam sua relação de poder até mesmo por meio de práticas que subjuguem e violentam, as quais acabam sendo internalizadas pelas classes dominadas. Esse fenômeno é abordado por Freire (1981), influenciado por Frantz Fanon, em “Os Condenados da Terra” (1961); onde o processo de “desaprender” do cânone colonial, ou de extrojetar o opressor, demanda a conscientização crítica de reconhecimento deste como antagonista. Essa tomada de consciência e a transformação social decorrente dela não são um processo unicamente individual, mas uma demanda coletiva que envolve o enfrentamento e a resistência cultural aos opressores.

Na medida, porém, em que a introjeção dos valores dos dominadores não é um fenômeno individual, mas social e cultural, sua extrojeção, demandando a transformação revolucionária das bases materiais da sociedade, que fazem possível tal fenômeno, implica também numa certa forma de ação cultural. Ação cultural através da qual se enfrenta, culturalmente, a cultura dominante. Os oprimidos precisam expulsar os opressores não apenas enquanto presenças físicas, mas também enquanto sombras míticas, introjetadas neles. A ação cultural e a revolução cultural, em diferentes momentos do processo de libertação, que é permanente, facilitam esta extrojeção (Freire, 1981, p.44).

Esse processo de expulsão dos opressores de dentro si é de grande sofrimento, dado que significa revisitar a própria essência e descobrir que eles impregnaram o seu ser. Por isso, Freire o assemelha a um parto, pois é doloroso, mas quando finalizado, nasce um novo sujeito, o qual nega ocupar a posição em que estava antes. Assim, esse sujeito renascido vive em constante estado de libertação, esforçando-se para superar as inúmeras táticas e tentativas dos opressores de voltarem a oprimi-lo (Freire, 1987).

Em suma, a educação popular feminista representa uma forma de resistência às violências coloniais que assolam os corpos-territórios das mulheres de Abya Yala. Ao desenvolver metodologias de práticas pedagógicas que têm como objetivo a conscientização e a transformação social em territórios vulnerabilizados pelo extrativismo, busca-se a valorização de seus trabalhos, saberes e, essencialmente, a emancipação dessas mulheres.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se, assim, pontuando a importância das autoras feministas decoloniais na construção de críticas ao saber científico construído a partir de um padrão eurocêntrico de ciência moderno – logo, colonial – e na consideração de saberes cunhados nos territórios do Sul Global, a partir das experiências vividas de resistência e luta.

A categoria de análise/conceito de corpo-território, bem como seu uso enquanto metodologia de educação popular feminista, representa uma possibilidade de conscientização e de transformação social e cultural ao abordar de forma inseparável corpo e território.

O legado de Paulo Freire nutre profundamente as experiências de educação popular até a atualidade, o arcabouço construído por seus conceitos é expandido a partir das perspectivas de feministas comunitárias, indígenas, decoloniais que forjam suas ferramentas de enfrentamento à barbárie neoliberal contemporânea.

REFERÊNCIAS

COLECTIVO MIRADAS CRÍTICAS DEL TERRITORIO DESDE EL FEMINISMO. Mapeando el cuerpo-territorio: Guía metodológica para mujeres que defienden sus territorios. 1. ed. Quito: [s.n.], 2017.

FREIRE, Paulo. Ação cultural para a liberdade. 5ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1981.

_____, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 17ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

GAGO, Verônica. A potência feminista ou o desejo de transformar tudo. São Paulo: Editora Elefante, 2020.

CRUZ HERNÁNDEZ, Delmy Tania. Revisitando la cartografía cuerpo-territorio desde la autoetnografía feminista. Política & Trabajo - Revista de Ciencias Sociales, [S. l], nº 59, 2023, p.64-82.

FANON, Frantz. Os condenados da terra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961.

LUGONES, María. Colonialidad y Género. Tabula Rasa, Bogotá, n. 9, p. 73-102, Dec. 2008.



IX Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade

V Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade

V Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade



WALSH, Catherine. Entretejiendo lo pedagógico y lo decolonial: luchas, caminos y siembras de reflexión-acción para resistir, (re)existir y (re)vivir. Columbus: Alter/nativas, 2017.